



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680286 - RJ (2021/0219931-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : LUCAS CRESTA DE BARROS
ADVOGADO : LUCAS CRESTA DE BARROS - MG108578
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ELISAMAR MIRANDA JOAQUIM (PRESO)
CORRÉU : CREMILSON ALMEIDA DE SOUZA
CORRÉU : ELIEZER MIRANDA JOAQUIM
CORRÉU : JONATA GOMES DA SILVA
CORRÉU : RONALDO LISBOA AZEVEDO
CORRÉU : LEONE DA SILVA SOUZA
CORRÉU : GUILHERME CAIQUE SANTOS SILVA
CORRÉU : IGOR ASSUNCAO RAMOS
CORRÉU : DIEGO DA SILVA FREIRE
CORRÉU : ESMAEL FLAVIO VIEIRA DA SILVA
CORRÉU : GABRIEL TIMOTEO DE ANDRADE
CORRÉU : WIRLLEY DOS SANTOS
CORRÉU : MARCUS VINICIUS MAIA DE MELO
CORRÉU : BRUNO DE SOUZA
CORRÉU : RODRIGO DA SILVA FERREIRA
CORRÉU : ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
CORRÉU : DARLEY SOARES DE SOUZA
CORRÉU : JURANDIR DO NASCIMENTO DA SILVA
CORRÉU : ALEXANDRE ALEIXO REIS
CORRÉU : THAIS MARTINS LEITE DA SILVA
CORRÉU : INIGRID DA COSTA DOS SANTOS
CORRÉU : LIDIA GUIMARÃES LIMA ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELISAMAR MIRANDA JOAQUIM em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0019263-81.2021.8.19.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, tendo sido denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 35, c/c o art. 40, incisos IV e VI, ambos da

Lei n. 11.343/2006, e 288-A do Código Penal, em concurso material.

O impetrante sustenta a ocorrência de cerceamento de defesa, ao argumento de que permanece há mais de 250 dias sem acesso às provas que ensejaram a custódia cautelar do paciente.

Aduz que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, seja relaxada/revogada a prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que "seja mantida a liminar pleiteada, e, ainda, que sejam anulados todos os atos praticados pelo juízo de piso em razão de sua parcialidade e incursão no art. 29 da Lei de Abuso de autoridade (3x) em razão de prejudicar exclusivamente o ora Paciente" (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 671.046/RJ.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente